

Indenizações serão revistas

Dante Accioly

Da equipe do **Correio**

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça vai rever ainda este ano o valor de indenizações milionárias concedidas a perseguidos políticos. A medida foi anunciada ontem pelo novo presidente da comissão, Marcello Lavenère Machado. Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lavenère assumiu ontem o comando da Comissão de Anistia por determinação do ministro Márcio Thomaz Bastos.

O novo presidente não descarta a possibilidade de que processos julgados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso sejam revistos. “São casos que foram até assinados eventualmente pelo ministro da Justiça (*da gestão anterior, Paulo de Tarso*). Mas que chegaram aos ministérios do Planejamento ou da Defesa e lá se detectou alguma dificuldade”.

Marcello Lavenère não soube informar quantos processos serão revistos. “Podem ser poucos em termos de quantidade, mas representam muito em termos de valor. Isso chama atenção. Nós vamos examinar para ver se isto está correto ou não”.

Entre os processos a serem revistos, há casos em que um só anistiando reclama indenização de R\$ 3 milhões. “Não temos indicativo nenhum de que houve farra ou picarescagem. Mas erro ocorre. Isso acontece. A comissão ter cometido erros, é mais do que normal”.

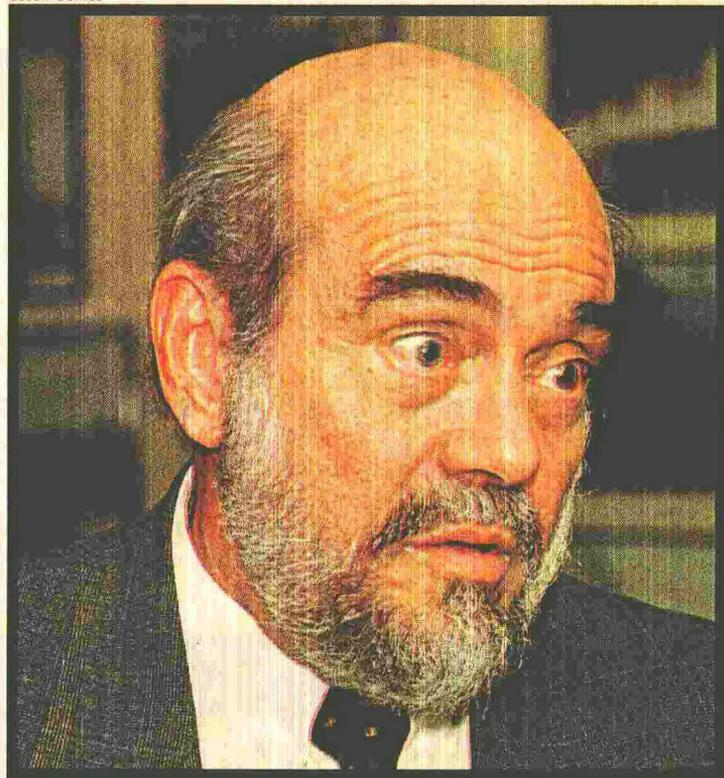
A meta é julgar os 17 mil pedidos de indenização protocolados na Comissão de Anistia até o final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. “O governo do presidente Lula tem uma afinidade muito grande com esta área e não seríamos nós a diminuir a abertura para estas reparações, que já demoraram tanto tempo”, afirma Lavenère.

EXAGERO

A origem dos recursos para pagar as reparações ainda não foi definida. Mas Lavenère quer defender a previsão das indenizações no Orçamento. “Pessoalmente, imagino que temos dinheiro para o que valorizamos. São companheiros de luta de muitos dos atuais ocupantes do governo. Estou certo de que haverá de se encontrar uma maneira de não se fechar esta torneira”. O presidente da Comissão de Anistia marcou encontros com os ministros da Defesa e do Planejamento para discutir o pagamento.

Lavenère explica que os ministros militares não se opõem à liberação de indenizações a vítimas da ditadura militar. “Não há nenhum resíduo de eventual má vontade nas atuais Forças Armadas. Se há 40 anos algum exagero foi feito — e sabemos que foi —, hoje temos uma composição diferente. Nossos soldados são para defender o país e o povo. E não para perseguir subversivos, esquerdista ou marxista — entre os quais me incluo”.

Edson Gomes



LAVENÈRE: HÁ POSSIBILIDADE DE ERROS NA AVALIAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES